

Hamanda Machado de Meneses Fontenele¹

ABREU, Regina e Chagas, Mario (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, 316 p.

Regina Abreu é uma antropóloga e pesquisadora do patrimônio brasileiro. Sua formação a conduziu para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o patrimônio cultural de natureza imaterial. Em razão disso, atualmente suas obras são imprescindíveis para o estudo do patrimônio imaterial brasileiro, tal como as danças, a língua, os ritos, modos de fazer, bem como toda prática que possa ser contemplada pelo Decreto-Lei N°3551 de 4 de agosto de 2000, que institui o inventário e os registros de bens dessa natureza. De acordo com Abreu, esse decreto possibilitou o resgate de uma perspectiva preservacionista, anteriormente posta em questão por alguns intelectuais brasileiros, em especial, Mário de Andrade, que visava em seu anteprojeto, os bens intangíveis. Dessa maneira, a autora destaca que os anos 2000 inaugurou no âmbito do patrimônio, um novo cenário de discussões e principalmente, de prática que afasta-se do que anteriormente era prioritário – o patrimônio de pedra e cal (ABREU, 2009).

Visando fortalecer o campo de discussões sobre o patrimônio imaterial, Regina Abreu, em parceria com o museólogo Mário Chagas, organizaram a obra *Memórias e patrimônio: ensaios contemporâneos* que reúne 15 ensaios de pesquisadores das mais variadas áreas, divididos em cinco blocos temáticos. Tal divisão aponta para uma característica importante dos estudos patrimoniais, que diz respeito ao seu caráter transdisciplinar, uma vez que trata-se de um objeto que perpassa todos os campos do saber. Nesse sentido, os artigos que compõe a obra são resultado dos seminários, congressos, bancas e encontros informais que apontam para emergência e amplitude do tema trabalhado desde a capa e contracapa do livro, na qual figuram ilustrações de arte *kusiwa*, dos índios *wajãpi* do Amapá, que constituiu o primeiro registro no Livro de Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) e graduada no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) Professora da SEDUC - MA. E-mail: hamandafontenele@gmail.com

O primeiro bloco da obra versa sobre os estudos envolvendo o patrimônio, a natureza e a cultura; partindo do ensaio do antropólogo José Reginaldo dos Santos Gonçalves, que visa a dimensão semântica da categoria de patrimônio para além do recorrente contexto de formação dos Estados nacionais, mas fazendo-se presente nas sociedades tribais. Dessa maneira, o autor defende, através da análise conceitual a existência da categoria de patrimônio nos mais diversos mundos sociais e culturas, considerando a categoria formulado no século XVIII com delimitações muito precisas e individualizadas que parecem desprezar as diversas realidades históricas e culturais. De acordo com José Reginaldo dos Santos, a inauguração de uma perspectiva imaterial do patrimônio é bastante louvável, pois possibilita a flexibilização da categoria “patrimônio”, como também possibilita o aprofundamento das reflexões sobre a categoria.

Dando sequência, Regina Abreu reflete sobre a emergência do “Patrimônio Genético” uma categoria ainda pouco estudada no âmbito do patrimônio nacional. A princípio, a autora constrói uma cadeia de raciocínio sobre a dimensão pública e privada do patrimônio desde o século XVIII até a contemporaneidade, que desagua nas relações globalizadas. Nesse contexto de intensas relações culturais emerge a categoria de patrimônio genético na esfera da imaterialidade. Assim, Regina Abreu abre espaço para as discussões referentes a biodiversidade brasileira como um conjunto de bens intangíveis que necessitam de salvaguarda através de políticas precisas para gestão e conservação. Para a autora, o patrimônio genético ainda pertence a formas de conhecimentos tradicionais, levando em consideração que tal conhecimento gira em torno das propriedades medicinais da fauna e flora brasileiras.

Nesse mesmo bloco, ainda figuram os textos de Márcia Sant’Anna, a qual defende a existência de uma perspectiva preservacionista anterior e posterior ao projeto do poeta Mário de Andrade. Assim, Sant’Anna propõe um estudo do histórico dos instrumentos de salvaguarda e valorização do patrimônio histórico imaterial. Consecutivamente, Maria Cecília Londres Fonseca constrói uma retrospectiva do sentido que o patrimônio exerce na sociedade, entre sua materialidade e imaterialidade. Para tanto, Fonseca utiliza como exemplo, a Procissão do Fogaréu que acontece em Goiás e o tombamento tardio dos centros históricos. Seguindo o raciocínio, sem a festividade, não haveria sentido para a salvaguarda dos centros históricos, pois ela que lhes confere sentido. Assim, o texto nos leva a questionar os limites e circunstâncias que

levam ao tombamento e suas interferências no processo de formação de significados. Finalizando o bloco, Ruben George Oliven e Mário Chagas ainda tecem provocações sobre o processo de formação da legislação patrimonial brasileira, enfatizando os debates atuais sobre os bens imateriais.

No segundo bloco as problemáticas envolvem a memória e as narrativas nacionais constituídas e constituintes do patrimônio cultural. Nesse sentido, figuram os estudos de Myrian Sepúlveda dos Santos, que ressalta a formação dos museus brasileiros como via de exaltação do império, corroborando para uma narrativa e formação do imaginário nacionalista. Tal perspectiva nos remete aos lugares de memória, ou lugares construídos para a preservação e perpetuação de uma memória social. Em concordância com o pensamento de Myrian Sepúlveda, Mário Chagas desenvolve sua análise sobre a memória política produzida no âmbito das instituições nacionais, tais como o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial, uma vez que tais lugares de memória visam homenagear o Império, ao passo em que ignora as mazelas do contexto. Assim, o que se propõe nesse bloco é desenvolver uma análise não especificamente dos objetos, mas da relação que se pode construir através da manipulação da memória.

Assim como o segundo bloco, o terceiro também aborda os aspectos da memória, contudo, relacionando-a as narrativas urbanas. Os pesquisadores José Reginaldo Santos Gonçalves, Vera Beatriz Siqueira e Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias visam elucidar questões e trazer novas problemáticas relacionadas a experiência social desenvolvida no âmbito dos lugares de memória. Para além disso, discute-se a criação e transformação dos espaços de memória, como os museus, ao passo em que estes sofrem a interferência das novas demandas sociais.

No quarto bloco segue-se as discussões sobre memória, contudo numa perspectiva etnológica. No primeiro artigo, José Ribamar Bessa Freire menciona experiências indígenas como maneira de organizar a memória e fortalecer a identidade indígena. Para tanto, cita o Museu Magüta e a Embaixada dos povos da floresta, duas grandes exposições Museu Amazônica e o Museu Paraense Emílio Goeldi e dois projetos Museu aberto do descobrimento e o Museu do índio de Brasília. Em concordância, James Clifford destaca a experiência dos museus enquanto espaços que corroboram para o rompimento de paradigmas e preconceitos relacionados aos povos

indígenas. Nesse sentido, as produções retratam a existência de acervos de povos nativos como um meio de preservar as memórias em esquecimento, mas também como meios que possibilitam a salvaguarda dos bens intangíveis, partindo de uma iniciativa dos povos originários.

Por fim, a obra se encerra no quinto bloco temático intitulado “Memória e reflexividade” com o texto de Luiz Fernando Dias Duarte, que se trata de um ensaio sobre a institucionalização da memória frente ao que o autor chama de “mnemotécnica” ou técnicas de memorização utilizadas, em especial, nas sociedades ágrafas, que facilitam a manifestação, bem como a reprodução da memória, uma vez que se manifestam, de acordo com o autor, na arquitetura da aldeia, na leitura dos sinais naturais, na decoração corporal e instrumental, na gestualidade, numa solidariedade de significação” (DUARTE, 2009, p. 306). Esse uso da memória só é possível, uma vez que a memória no contexto ocidental transita entre o individual e o coletivo, entre a dimensão objetivada da cultura, baseada nos ritos, crenças, costumes e demais práticas intangíveis; e a dimensão subjetivada, baseada na experiência dessas práticas.

De modo geral, embora seja uma obra de caráter antropológico, consideramos essa coletânea como essencial para todos aqueles que desenvolvem pesquisas relacionadas ao patrimônio de natureza imaterial, sua diversidade, bem como as questões de caráter conceitual, uma vez que o campo de investigação do patrimônio brasileiro ainda suscita muitos debates e discussões. Em especial, esses debates e discussões devem se voltar ao patrimônio imaterial e seus instrumentos de salvaguarda, que figuram como um objeto de estudo relativamente novo dentro do cenário nacional. Esse tipo de produção ainda coloca em pauta o lugar de memória pertencente às comunidades tradicionais, uma vez que o conjunto de pesquisas relacionadas ao patrimônio material tende a invisibilizar essa questão, partindo do princípio de que os instrumentos e instituições de salvaguarda, durante muito tempo, visibilizaram apenas o que é considerado “pedra e cal”.